

Anffa Sindical espera compromisso e disposição do novo governo



Diante do novo cenário político que se desenhou ultimamente, com o Governo sob uma nova direção após o afastamento da presidente Dilma Roussef por até 180 dias, a sociedade vem se preparando para mudanças significativas e que impactam na condução do País.

É um momento de reflexão, mas também de compromisso na busca do fortalecimento da Nação. O Anffa Sindical e os Fiscais Federais Agropecuários estão atentos aos desafios e, como sempre fizeram, demonstram disposição ao diálogo e à cooperação com a nova gestão que está por vir.

Afinal, as atividades da categoria são essenciais no desenvolvimento econômico do Brasil, que traz o agronegócio como um dos mais importantes setores para o PIB (Produto Interno Bruto) por meio das exportações agrícolas. Sem contar outras tantas atividades que colaboram para a saúde pública e a soberania alimentar.

Ao mesmo tempo em que contribuem para a reestruturação do País, os FFA's gostariam de receber deste novo Governo o compromisso e a disposição em seguir adiante com as tratativas resultantes da mobilização da categoria, ora ajustadas no governo anterior, e que refletem, nada menos, que o reconhecimento da valorização desta carreira.

Para isso, o Sindicato já está em contato com o novo ministro da Agricultura, Blairo Maggi, e sua equipe, para, juntos, buscar a solução para questões essenciais, como as que dizem respeito à meritocracia, à implementação do adicional de fronteiras, à Enagro (Escola Nacional de Gestão Agropecuária), e ao reordenamento e distribuição dos servidores. Temas estes em discussão nos GT's (Grupos de Trabalho) criados especialmente para tratar dessas demandas.

Não menos importante, a criação de novos concursos públicos, além do

concurso de remoção e a nomeação de FFA's excedentes do último certame, continuam como bandeira de luta junto ao Ministério da Agricultura, pois, só assim, diminuiremos o déficit do efetivo em áreas estratégicas, como as fronteiras brasileiras, portos, aeroportos, agroindústria e tantos outros locais onde a presença deste profissional é fundamental.

Precisamos vencer, ainda a batalha contra a terceirização das atividades de fiscalização e inspeção, e pelo apoio para que o PL (Projeto de Lei) enviado ao Congresso Nacional, que trata do reajuste salarial e da mudança da nomenclatura da categoria, seja aprovado o mais rapidamente possível.

Os desafios estão postos, e o Anffa Sindical não se furtará em buscar o diálogo e o melhor entendimento nas questões que interessam à categoria e ao País.



Curtas

Auditoria e Fiscalização Federal Agropecuária são tema do IV Conaffa

O próximo Conaffa (Congresso Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários) já tem tema definido: "Auditoria e Fiscalização Federal Agropecuária – Desafios e Perspectivas de Fortalecimento". A temática recebeu 36% de votos de fi-

liados por meio de votação no site do evento, durante o mês de abril.

De acordo com a Comissão Organizadora, o principal critério na hora de escolher as melhores sugestões e disponibilizá-las para votação foi a re-

levância dos assuntos quanto às conquistas da categoria, até agora. O IV Conaffa será realizado em Brasília, entre os dias 2 e 6 de outubro de 2017. Mais informações:

www.conaffa.com.br.

Anffa Sindical busca apoio de deputados contra terceirização

Assim como nas semanas anteriores, os dirigentes do Anffa Sindical estiveram no Congresso Nacional em busca de apoio aos projetos de interesse da categoria.

Entre os dias 26 e 28 de abril, o diretor do Departamento de Administração, Ronaldo Romney, o delegado sindical da Bahia, Elias Elói, e o diretor suplente, Hugo Caruso, visitaram os gabinetes dos deputados Ronaldo Fonseca (Líder do PROS), Sandro Alex (PSD/PR) e Esperidião Amin (PP/SC), membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Aos parlamentares, foi explicada a importância da rejeição do PL (Projeto de Lei) 334/15, que permite que estados e municípios realizem a inspeção sanitária de produtos de origem animal.

FFA conduz a Tocha Olímpica em Anápolis

A Fiscal Federal Agropecuária Kênya Marluce Squilassi foi uma das selecionadas para conduzir a Tocha Olímpica na sua passagem pela cidade de Anápolis, Goiás. A chama, símbolo dos Jogos Olímpicos, que este ano serão realizados no Brasil, chegou ao país no dia 3 de maio e, no dia seguinte já estava em solo goiano.

"É um momento único e tenho muito orgulho de participar de uma ocasião tão importante para o País", afirma Kênya.

O percurso da Tocha Olímpica acaba dia 5 de agosto, no Rio de Janeiro,



cidade-sede das Olimpíadas 2016.



Nós somos o Anffa

Após a divulgação de informações do corpo funcional de todos os departamentos da sede do Anffa Sindical, em Brasília, esta seção inicia, em maio, a homenagem aos funcionários das DS (Delegacias Sindicais) e Seções Sindicais que atuam em todo o País em prol do bom funcionamento das atividades do Sindicato.

Nesta edição, os leitores conhecem a funcionária que desempenha suas atividades na DS Alagoas. Confira!



Lucineia
Auxiliar administrativa
Na DS Alagoas desde 2011

ESPAÇO DO APOSENTADO E PENSIONISTA

POR: JOSÉ LUIZ CASTILHOS

Mais um curso foi realizado pelo nosso Sindicato. Desta vez, junto à Delegacia Sindical do Rio Grande do Norte.

Tivemos a presença de 20 FFA's (Fiscais Federais Agropecuários), sendo 19 deste estado e um de Pernambuco. Aproveitamos a oportunidade para agradecer a colaboração do delegado sindical Pablo e do diretor de Aposentados e Pensionistas, José Domingos. Agradecemos também à DS/PE, por ter enviado um de seus colegas.

- De acordo com a avaliação final dos participantes, 87% acharam "ótima" a iniciativa do evento e 13% acharam "boa".
- No dia 3 de maio foi realizada AGNE para aprovação de uma nova tabela salarial, com reajuste de 27,9% em dois anos e oito meses ao invés de 5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017. A nova proposta foi aprovada pelas bases, mas devemos dizer que não é definitiva, pois falta

assinar um novo acordo com o Governo.

- Nós, como aposentados, também estamos atentos para que o PL (Projeto de Lei) nº 334/15 não seja aprovado. Trata-se de um projeto que está tramitando no Congresso Nacional e que permitirá que as nossas funções sejam terceirizadas.
- Continuamos recebendo telefonemas e e-mails de colegas reclamando do não pagamento do precatório da segunda parte do atrasado da GDFAFA (processão).
- Realmente está atrasado. Não é um processo do Sindicato e, sim, da ANFFA Associação. O Governo apelou, não concordou com os cálculos. Já reclamei e estou aguardando o presidente da ANFFA Associação para irmos ao escritório de advocacia para

tentar esclarecer melhor este assunto.

- Devo dizer que sou parte interessada, mas não tenho ingerência neste processo. Repito, cabe à Associação Nacional. Pouca coisa se pode fazer neste caso. Dizer que os participantes são idosos (mais de 60 anos) já foi dito. Dizer que muitos estão enfermos também. Já mandamos até atestados médicos de alguns. Realmente, a nossa justiça é lenta, ainda mais quando se trata de causa contra o Governo. Apesar disso, não podemos perder a esperança, por mais que demore a causa.

José Luiz Castilhos

Diretor de Aposentados e Pensionistas

E-mail: aposentados@anffasindical.org.br

Fone: (61) 9135-0867



Curso de Preparação para Aposentadoria, realizado em Natal nos dias 28 e 29 de abril

Diretoria de assuntos jurídicos alerta filiados contra golpes

A Diretoria de Assuntos Jurídicos do Anffa Sindical reitera as orientações contra possíveis golpes utilizando o nome da entidade. Além de telefonemas, os golpistas podem utilizar correspondências, mensagens de texto

no celular e até e-mails. O golpe apresentado ao filiado se trata de estelionato, já que as informações são falsas com a intenção de obter alguma vantagem indevida da vítima. O crime, quando praticado com idoso, tem pena prevista em

dobro, de acordo com o Artigo 171 do Código Penal Brasileiro.

O comunicado com as orientações encontra-se no site do Sindicato.

Sindicato garante que auxílio-creche não seja mais descontado de filiados

A pós ajuizamento de ação coletiva realizada pelo Anffa Sindical para declarar o indébito de cobrança referente à coparticipação do servidor público em custos com o auxílio pré-escolar, o Departamento de Assuntos Jurídicos do Sindicato recebeu, em abril, resposta favorável da Justiça.

O juiz entendeu a inexigibilidade da cobrança e, a partir da decisão judicial, a União não poderá mais descontar valores referentes ao auxílio pré-escolar (auxílio-creche) dos filiados. Vale ressaltar que a decisão trata-se de antecipação de tutela e contempla somente os Fiscais Federais Agropecuários que são filiados ao Sindicato.

“Provavelmente em junho os descontos já não ocorrerão na folha de pagamento dos filiados do Anffa que utilizam o benefício”, afirma a advogada do Anffa Sindical, Patrícia Bruns.

Justiça concede tutela antecipada suspendendo reajuste de plano da Geap

Uma decisão do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, publicada no início de abril, suspendeu de imediato o reajuste operado pela Resolução n. 99/2015/Conad/GEAP, restabelecendo-se o valor de contribuição individual anteriormente pago pelos filiados do Anffa Sindical. A decisão, sob efeito de tutela antecipada, também limita o reajuste operado pela mesma Resolução ao valor de 20% da cobrança.

A ação coletiva Nº 0019001-29.2016.4.01.3400 foi ajuizada pelo Sindicato por entender que o valor, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2016, era abusivo, uma vez que foi autorizado aumento na ordem de 37,55% sobre a contribuição mensal dos beneficiários. A depender da faixa etária dos beneficiários, o reajuste poderia chegar a aproximados 54,65% da contribuição individual.

MAPA não pode firmar novos acordos de cooperação técnica com médicos veterinários

A pós representação do Anffa Sindical junto ao Ministério Público Federal que resultou em ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, a Justiça determinou que o Ministério da Agricultura não pode firmar novos acordos de cooperação técnica com médicos veterinários para fis-

calização e deve encerrar os contratos vigentes.

De acordo com a decisão judicial proferida no dia 2 de maio, o Ministério não deve celebrar novos convênios com os municípios para preencher vagas de Fiscal Federal Agropecuário com especialização

em medicina veterinária. “Houve também a determinação de que o MAPA, nos contratos vigentes, devolva, em 30 dias, os servidores cedidos que não mantém vínculo efetivo com a Administração, como os comissionados e temporários, por exemplo”, explica a advogada do Sindicato, Patrícia Bruns.